



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho
Subsecretaria de Assuntos Corporativos
Coordenação-Geral de Apoio aos Órgãos Colegiados

ATA

**279ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
- CNPS -**

Videoconferência

Brasília, 29 de abril de 2021

ATA DA 279ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 29 de abril de 2021

LOCAL: Microsoft *Teams* – Videoconferência

PRESENCAS

Representantes do Governo	Representantes dos Trabalhadores em Atividade
SPREV/ME – Naron Gutierre Nogueira	FS – Dionízio Martins de Macedo Filho
SPREV/ME – Rogério Nagamine Costanzi	UGT – Natal Léo
INSS – Leonardo José Rolim Guimarães	CUT – Ariovaldo de Camargo
INSS – Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro	CONTAG – Evandro José Morello
SEPRT/ME – Benedito Adalberto Brunca	CTB – Fernando Antônio Duarte Dantas
SPE/ME – Bernardo Borba de Andrade	

Representantes dos Aposentados e Pensionistas	Representantes dos Empregadores
SINTAPI/CUT – José Tadeu Peixoto da Costa	CNI – Rafael Ernesto Kieckbusch
CSB – Bartolomeu Evangelista de França	CNF – Ênio Mathias Ferreira
COBAP – Obede Muniz Teodoro	CNC – Nara de Deus Vieira
SINDNAPI/FS – Tônia Andrea Inocentini Galleti	CNM – Antônio Mário Rattes de Oliveira
	CNA – Carolina Carvalhais Vieira de Melo

Convidados	
DATAPREV – Ubiramar Mendonça	UGT – Francisco Canindé Pegado
INSS – Eduardo de Oliveira Magalhães	SOF/ME – Luciana Duarte Bhering de Carvalho
INSS – Silvana Rodrigues	CNT – Thiago Luiz Ticchetti
INSS – Simone Souto Maior	ASCOM/SPRET – Talita Lorena Nunes de Souza
CGEPR/SRGPS – Otávio José Guerci Sidone	

1 **I – ABERTURA**

2 Presidindo a mesa, o conselheiro Benedito Adalberto Brunca, abriu a 279ª Reunião Ordinária do
3 Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.

4 **II – EXPEDIENTE**

5 O Senhor Presidente colocou em aprovação a Ata da 278ª Reunião Ordinária do CNPS, realizada no
6 dia 25 de março de 2021. Havendo a concordância de todos, a Ata foi aprovada à unanimidade.

7 **III – ORDEM DO DIA**

8 O Sr. Presidente socializou a pauta da reunião: I – Abertura. II – Expediente: Aprovação da Ata da
9 278ª Reunião Ordinária do CNPS. III – Ordem do Dia: a) Inclusão na "prova de vida digital" de campo
10 para atualização dos dados (telefone e endereço); apresentações: Sr. Leonardo José Rolim
11 Guimarães – Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Sr. Alessandro Roosevelt
12 Silva Ribeiro – Diretor de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); b) Concessões
13 automáticas – parâmetros e funcionamento; apresentações: Sr. Leonardo José Rolim Guimarães e
14 Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro; c) Informações sobre as análises automatizadas dos
15 benefícios do INSS; apresentações: Sr. Leonardo José Rolim Guimarães e Sr. Alessandro Roosevelt
16 Silva Ribeiro; d) Lei nº 14.131 e Portaria nº 32/2021 sobre requerimento de Auxílio-incapacidade
17 temporário com atestados e documentos médicos e a situação do funcionamento das APS e
18 Unidades da Perícia Médica Federal; apresentações: Sr. Narlon Gutierre Nogueira – Secretário de
19 Previdência (SPREV/SEPRT) e Sr. Eduardo de Oliveira Magalhães – Subsecretário de Perícia
20 Médica Federal; e) Informações sobre o orçamento do RGPS e INSS na Lei Orçamentária Anual –
21 LOA 2021; apresentações: Sr. Narlon Gutierre Nogueira e Sr. Leonardo José Rolim Guimarães. IV –
22 Informes. V – Encerramento. Após socialização da pauta, o Sr. Presidente convidou o Diretor de
23 Benefícios do INSS, o Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro, para realizar sua exposição,
24 enfatizando que a fé de vida digital, com o modelo da biometria facial, era um projeto em pauta no
25 INSS há algum tempo, e que o mesmo não pode ser implementado anteriormente, devido aos trâmites
26 licitatórios. Salientou que, para adiantar o processo, o INSS optou por utilizar o procedimento que já
27 vinha sendo utilizado pela Secretaria de Gestão e Desburocratização (SGD) do Ministério da
28 Economia, que usa a identificação biométrica e facial, utilizando a base de dados do Tribunal Superior
29 Eleitoral (TSE) e do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). Afirmou que a ideia é utilizar
30 outras bases de dados, ampliando, encorpando e deixando o sistema mais robusto, eficaz e confiável,

31 bem como de ampliar a comunicação das diversas bases de dados com o “GOV.BR”, permitindo
32 assim a inserção do CPF, endereço, número de telefone ou qualquer outro dado de contato. Explicou
33 que, para que haja uma maior eficiência nas trocas de informações com os bancos, o INSS precisa
34 mudar o protocolo de comunicação, migrando a folha de pagamento do Sistema Único de Benefícios,
35 chamado de “plataforma alta”, para a chamada “plataforma baixa”, além de ser necessário se
36 desenvolver o projeto da biometria facial com o acoplamento junto ao portal “GOV.BR”. Lembrou que
37 para se fazer a biometria facial, o segurado precisa entrar no “Meu INSS” e, logo após, ocorrerá o
38 redirecionamento para o portal do governo. Afirmou, porém, ser possível fazer uma atualização para
39 que as pessoas possam acessar diretamente via “GOV.BR”, realizando de forma mais rápida a
40 biometria facial, tendo em vista que a mudança de protocolo, junto aos bancos, é um processo mais
41 demorado. Informou, ainda que, visando a melhoria do processo de fé de vida, o INSS entregou três
42 pacotes de desenvolvimento, dentro do “Meu INSS” e do “gov.br”, sendo o primeiro em 19 de agosto,
43 onde foram selecionados 559.041 segurados para o processo de biometria facial; o segundo pacote,
44 em 10 de outubro de 2020, iniciando-se o recebimento de informações das pessoas que optaram
45 pela identificação facial no “GOV.BR” e a conferência dos dados com a base do TSE ou do
46 DENATRAN; e, por fim, o terceiro pacote, em 18 de novembro de 2020, quando foi entregue uma
47 mudança bem mais complexa, que possibilitou a interligação entre o “Meu INSS” e o “GOV.BR”, além
48 de permitir a identificação dos pontos de maior dificuldade dos segurados para a realização da
49 biometria facial, possibilitando melhoria do índice de sucesso no procedimento e, a inclusão de mais
50 5 milhões de pessoas no portal do governo. Explicou que, por ocasião das campanhas de
51 publicidade, se percebeu um aumento na produtividade “da fé de vida” e comungou que o quarto
52 pacote de melhorias está sendo concluído e, em breve, também será implementado. De pronto, o Sr.
53 Presidente franqueou a palavra aos conselheiros presentes. Com a palavra, o Sr. Ênio Mathias
54 Ferreira parabenizou o INSS pelo trabalho e salientou que essas soluções e iniciativas são de
55 extrema importância para os beneficiários, principalmente nesse momento conturbado onde se busca
56 a maior segurança e saúde de todos. Falou que o Banco do Brasil adotou o sistema de Inteligência
57 Artificial, por meio de análises críticas e troca de dados entre diferentes bases, a fim de identificar,
58 com mais segurança, os eventos que possam comprovar, de forma idônea, se os beneficiários estão
59 vivos. Informou sobre as tratativas do Banco com a equipe do Governo Digital e do TSE, buscando
60 a implementação de novas soluções. Concluiu sua intervenção, informando que no último mês de
61 março, o Banco do Brasil lançou uma solução direta no aplicativo do próprio banco, com o objetivo
62 de facilitar a vida e dar segurança aos segurados, e comungou que já foram realizadas mais de 520

63 mil provas de vida. Convidou aqueles que são clientes do banco a conhecerem a medida. Explicou
64 que o banco busca convencer outras instituições financeiras a seguir esse mesmo caminho, e abriu
65 para sugestões. Solicitando a palavra, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira informou que o assunto “fé de
66 vida”, foi discutido em reunião do Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social
67 (CNRPPS) e, a partir daí, foi realizada uma reunião com a SGD, na qual surgiu a ideia de se pensar
68 um projeto piloto, a fim de estender o modelo para os mais de dois mil regimes próprios de
69 Previdência Social existentes no país. Ato contínuo, o Sr. Presidente declarou ser fundamental que
70 as instituições financeiras estejam aptas a realizar a revisão do protocolo, visando ampliar esse nível
71 de segurança para a realização do pagamento de benefício, considerando ser esta uma medida
72 fundamental para a gestão do regime. Com a palavra, o Sr. Evandro José Morello indagou se as
73 bases integradas do INSS já têm a biometria digital e como se dá os batimentos de informações da
74 base de dados do Banco do Brasil. Em rápida contribuição, o Sr. Fernando Antônio Duarte Dantas
75 sugeriu que o sistema de identificação lançado pelo Banco do Brasil fosse ampliado para toda a rede
76 bancária o quanto antes, inclusive com a participação e apoio da Federação Nacional dos Bancos
77 (FENABAN). Em seguida, a Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti perguntou se não haveria a
78 possibilidade de se estender a prova de vida a todas as entidades que têm convênio com o INSS,
79 por meio do INSS Digital, facilitando o acesso e não se limitando a tão somente bancos e aplicativos.
80 Fazendo uso da palavra, o Sr. Natal Léo parabenizou o Banco do Brasil pela bela iniciativa e
81 perguntou ao Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro como estava o andamento da fila para a
82 realização da prova de vida. Respondendo aos questionamentos, o Diretor de Benefícios do INSS
83 respondeu, ao Sr. Evandro José Morello, que o sistema de biometria digital em desenvolvimento pela
84 DATAPREV é mais complexo, uma vez que abrangerá toda a população brasileira, quando cruzados
85 com as bases de dados do TSE e DENATRAN, enquanto que as agências bancárias têm algo em
86 torno de um milhão e meio de pessoas com biometria cadastrada. Explicou que, devido ao processo
87 licitatório e à dificuldade de captação de recursos, a DATAPREV só conseguiu a aquisição da
88 ferramenta de desenvolvimento do processo de biometria em final de fevereiro de 2021, passando
89 agora para a fase dos testes. Salientou que já existem tratativas com a FEBRABAN, no sentido de
90 que o modelo do sistema seja ampliado e disponibilizado para toda a rede bancária. Respondendo a
91 indagação da Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti, explicou que existe um problema de
92 responsabilização e, por isso não se utiliza o INSS Digital como alternativa à realização da prova de
93 vida. Aduziu que, quando o beneficiário faz a “fé de vida” pelo aplicativo do INSS, ou vai a uma
94 agência, a responsabilidade é do INSS que está identificando aquela pessoa. Assim, a “fé de vida”

95 realizada na rede bancária faz com que os bancos possam ser eventualmente responsabilizados por
96 qualquer fraude, sendo obrigados a ressarcir o INSS por possíveis prejuízos, o que também
97 aconteceria com os sindicatos, associações e outras instituições que adotassem o processo de fé de
98 vida, em parceria com o INSS que, por sua vez, implicaria na necessidade de mudar todo o modelo
99 de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), com as instituições e sindicatos, uma vez que teria que ser
100 inserida previsão de tal responsabilidade, o que geraria custos, tornando a medida inviável.
101 Concluindo o bloco, informou ao Sr. Natal Léo que, no momento, existem em torno de 11 milhões de
102 segurados com a “fé de vida” em atraso na folha do INSS. O Sr. Presidente complementou,
103 salientando que o INSS vem trabalhando, junto ao Governo Digital, Banco do Brasil e outras
104 instituições, buscando mecanismos que possibilitem a realização da “fé de vida” sem que haja a
105 necessidade de qualquer deslocamento dos segurados. Na sequência, o Sr. Ênio Mathias Ferreira
106 explicou que as instituições financeiras assumem o risco e, por isso possibilitam aos beneficiários
107 soluções distintas. Aduziu que cada pessoa tem uma peculiaridade e uma necessidade específica
108 em relação ao mundo digital, sendo, por isso as diversas soluções apresentadas pelas instituições
109 bancárias. Após os esclarecimentos, o Sr. Presidente retomou a palavra ao Sr. Alessandro Roosevelt
110 Silva Ribeiro para prosseguimento das apresentações sobre: Concessões automáticas, parâmetros
111 e funcionamento; e Informações sobre as análises automatizadas dos benefícios do INSS,
112 abordando-os de forma conjunta, por se tratarem de pontos correlacionados . Iniciou explicando que
113 a ideia do modelo de concessão automática desenvolvida, em 2017, visava tornar o processo: (i)
114 mais eficiente na prestação dos serviços à população; (ii) eficaz, melhorando a relação custo *versus*
115 benefício, ampliando as receitas e reduzindo as despesas e; (iii) efetivo, reduzindo o risco de
116 pagamentos/concessões indevidas e melhorando a qualidade das informações e cadastro, utilizando
117 os dados constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), de forma totalmente
118 remota. Lembrou que, para o INSS, foi um salto muito grande se comparado ao que vinha sendo
119 utilizado até então, visto que o processo era feito analogicamente. Explicou que é um processo
120 complexo que utiliza Inteligência Artificial (AI), além de outras ferramentas. Aduziu que, o INSS está
121 utilizando as próprias ferramentas que já são utilizadas atualmente: o Sistema Integrado de Benefício
122 (SIBE), Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade (SABI) e Projeto de
123 Regionalização de Informações e Sistema (PRISMA). Falou que uma das vantagens da utilização do
124 próprio sistema para a concessão de benefícios, é a ampliação da prestação de serviços pelo INSS,
125 atendendo assim um dos requisitos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre
126 Processo Administrativo. Explicou que, devido às constantes mudanças na legislação previdenciária,

127 acontecem alguns picos invertidos, com a redução do tempo médio de concessão, visto que as
128 mudanças do sistema não acontecem na mesma velocidade. Lembrou que o modo como eram feitos
129 os empréstimos, na década de 1980, nada tem a ver com o sistema automatizado utilizado
130 atualmente. Pontuou a redução de riscos de pagamentos indevidos, riscos de não cobrança,
131 concessões indevidas de empréstimo, além de permitir a busca por melhores taxas. Discorreu que,
132 em caso de alguma pendência que impeça a concessão automatizada, o requerimento entra em
133 módulo semiautomático, determinando sua análise por algum servidor. Afirmou que o grande mote
134 para aumentar o número de concessões automatizadas é sem dúvidas, a melhora nos dados das
135 bases do CNIS. Falando do Benefício de Prestação Continuada (BPC), salientou que, caso as
136 informações de renda do requerente e do seu grupo familiar, do CadÚnico (gerido pelo Ministério da
137 Cidadania) e do CNIS, estejam atualizadas, a concessão do BPC, ao idoso, ocorrerá de forma
138 automática. Lembrou, também que, o mesmo procedimento pode ser utilizado para o Benefício de
139 aposentadoria por idade (B-41), o Benefício de aposentadoria por tempo de contribuição (B-42) e o
140 Salário-maternidade (B-80), dentre outros. Dando prosseguindo, participou aos presentes que,
141 atualmente, o INSS está trabalhando com os benefícios represados, sendo inicialmente para os
142 benefícios por incapacidade represados por pendências cadastrais, sendo selecionados 317 mil
143 benefícios dos quais 143 mil já foram tratados. Elencou que, no ano de 2020, dos mais de 3.2 milhões
144 de benefícios que deram entrada no INSS, quase 100% foram concluídos de forma automatizada,
145 tudo de acordo com o preconizado na Emenda Constitucional nº 103, de 12 novembro de 2019.
146 Mostrou que, no corrente ano, as concessões de benéficos de forma automatizada estão
147 praticamente equiparadas com o movimento de entrada de requerimentos. Mostrou, de forma
148 resumida, a porcentagem de requerimento inicial concedidos de forma automática nos quatro
149 primeiros meses do ano, considerando apenas o B-41, B-42, B-80 e 88, sendo: 8% em janeiro; 17%
150 em fevereiro; 13% em março; e, 15% em abril, levando em conta apenas a parte apurada do mês.
151 Prosseguindo, falou que em março houve um grande pico nas análises de manutenção realizadas
152 de forma automatizada, chegando a um total de 231.662 e, em abril, foram 122.761, representando
153 45% das análises de manutenção de forma automatizada. Solicitando a palavra, a Sra. Tônia Andrea
154 Inocentini Galleti perguntou se dos 36% de demanda criada para a via automática, apenas 45%
155 tinham sido concluídas. De pronto, o Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro explicou que há uma
156 diferença entre manutenção e concessão, sendo os 45% do total da produtividade despachada
157 automaticamente. Informou que a intenção é que, em breve, todo o estoque de entrada seja analisado
158 e deferido de forma automatizada, ficando os servidores responsáveis por analisar apenas as

pendências que requerem uma análise mais subjetiva. Prosseguindo, discorreu sobre as ações em desenvolvimento do sistema, informando que, na parte de manutenção de benefícios, o desconto de mensalidade, na averbação e desaverbação, demanda muito os servidores, sendo que a ideia é que todo esse procedimento seja feito de forma automatizada. Explicou que todas as desaverbações sejam realizadas por servidores e, comungou que o INSS está em tratativas com a Justiça, no intuito de interligar a base de dados dos presos com o CNIS, para que a Declaração de Cárcere passe a ser automatizada. Quanto à procuração, salientou que a Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, criou a possibilidade de interligação de dados de procurações públicas dos órgãos cartoriais com o INSS, o que acabaria com a necessidade de apresentar declaração dentro do INSS. Informou que o INSS está procedendo com a integração de adequação dos sistemas dos acordos internacionais, integrando-os com o Novo Requerimento de Benefícios, nominado de “Requerimento Qualificado” onde, por meio de um formulário estruturado com informações sobre o que o segurado está solicitando, seria mais fácil analisar os benefícios de forma automatizada e, assim, gerar outras etapas do benefício de forma automatizada. Finalizando sua apresentação, falou que a análise automatizada para o período de qualidade de segurado especial, como a ampliação da análise de salário-maternidade para a segurada rural, assim como da pensão por morte, auxílio-reclusão e seguro-defeso, devem passar a ser automatizados ainda no primeiro semestre do corrente ano. De pronto, o Sr. Presidente franqueou a palavra aos conselheiros. Abrindo o bloco, o Sr. Natal Léo perguntou se a boa elaboração do requerimento aumentaria, exponencialmente, as chances da concessão automatizada. Em resposta, o Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro afirmou que sim, explicando que um requerimento bem elaborado, com respostas objetivas e informações precisas no CNIS, aumentaria o número de concessões automatizadas. Na sequência, o Sr. Evandro José Morello inicialmente discorreu sobre a situação do segurado rural, pois seria a mais desafiante. Considerando a possibilidade de que todos os segurados tenham CPF, questionou a perspectiva do INSS para buscar informações desses trabalhadores. Indagou, ainda, se será criada uma exigência para que esses trabalhadores apresentem elementos que comprovem sua condição, lhe permitindo a inscrição no CNIS. Com a palavra, a Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti indagou se o baixo número de automatizações se deve às inconsistências dos dados cadastrais na base do CNIS e como os sindicatos podem ampliar as conversas sugerindo, exemplificativamente o fornecimento de relatório de erros que não dependessem de interpretação, pontuando que, em seu entender, a medida evitaria as judicializações. Em resposta à Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti, o Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro explicou que esse “abaixo do mínimo”, refere-se somente às análises realizadas pelo

191 servidor, já que a maioria está sendo realizada de forma automatizada. Com relação à indagação do
192 Sr. Evandro Morello, informou que o INSS vem trabalhando exatamente nesse sentido, por intermédio
193 de um acordo de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para ter
194 acesso a todas as informações cadastrais do trabalhador rural, através de projetos de pesquisas,
195 especialmente na área tecnológica. Lembrou que, o cruzamento de informações das diversas bases
196 de dados com o CNIS, permitirá, também, a concessão automatizada do salário-maternidade para o
197 rural, pois permitem a observância das características exigidas para a concessão, vínculo
198 empregatício e atividades exercidas. Prosseguindo, elencou os quatro pontos indispensáveis ao se
199 realizar um pedido de benefício: (i) dados cadastrais; (ii) o direito, com os devidos vínculos
200 empregatícios e atividades; (iii) as cláusulas de direito para a concessão (idade, tempo de serviço,
201 tempo de atividade, enquadramento); e, (iv) cláusula de barreira que poderia gerar uma
202 inconsistência no benefício, como um acúmulo indevido, um período em regime próprio de
203 previdência, dentre outros motivos. Explicou que a Emenda Constitucional nº 103 estabeleceu um
204 leque de informações para gerar, de forma mais automatizada a concessão dos benefícios, e citou
205 três regras fundamentais: regras transitórias, regras de transição e as regras permanentes. Salientou
206 que, futuramente, a parte de vínculos e remunerações serão qualificados com base no eSocial, o que
207 irá acabar com a duplicidade de informações e eliminará alguns indícios de irregularidade. Concluiu
208 dizendo que esse trabalho dentro do CNIS, é minucioso, vem melhorando a cada ano e, destacou a
209 importância do requerimento qualificado para o crescimento gradual da porcentagem dos benefícios
210 automatizados. Com a palavra, o Sr. Presidente explicou que o processo de fiscalização,
211 acompanhamento e monitoramento do cadastro, através do “Meu INSS” e dos dados do CNIS,
212 permite que a pessoa se prepare ao longo do tempo, para o momento de requerer o benefício.
213 Lembrou que a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (), foi
214 introduzida há 22 anos, e que ajuda no batimento das informações e que, o eSocial, como um sistema
215 mais completo que qualificará melhor essas informações, ainda está em fase inicial de implantação,
216 sendo, por isso a importância de se incentivar as pessoas a olharem seu cadastro, verificando como
217 ele pode ser tratado de uma maneira prévia e quais documentos serão preciso obter para manter
218 seus dados cadastrais de acordo com os indicadores exigidos no CNIS. Solicitando a palavra, o Sr.
219 Ariovaldo de Camargo perguntou o que seria possível fazer para acabar com o desencontro de
220 informações entre o CNIS e a administração pública, relativamente à certidão do tempo de
221 contribuição do servidor. Em resposta, o Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro explicou que as
222 informações do Regime Próprio que constam no CNIS são subsidiadas pelos dados da Relação

223 Anual de Informações Sociais (RAIS), informações estas que estão desatualizadas. Portanto, as
224 informações do CNIS são utilizadas como indicativo se a pessoa tem um regime próprio de
225 Previdência, mas não se trata de uma informação fidedigna, para fins de concessão de benefício.
226 Explicou que essa informação tem que ser atualizada pelo empregador, órgão público, mas que tudo
227 isso se resolverá com a implementação do eSocial. Em seguida, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira fez
228 um breve complemento falando que as informações da RAIS contêm algumas defasagens e
229 inconsistências, por isso foi criado o eSocial, que virá como uma solução definitiva, trazendo a
230 possibilidade de, no futuro, se criar a Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) Eletrônica,
231 proporcionando mais agilidade e confiança no fluxo de informações. Pontuou que os órgãos públicos
232 começarão a entrar no eSocial a partir do mês de julho e que, a partir de 2022, haverá um conjunto
233 de informações efetivas, e precisas dos entes públicos que possuem regimes próprios. Explicou que
234 a exigência da CTC ainda se faz necessária, para que se evite a contagem indevida do tempo para
235 fins de obtenção de benefícios em mais de um regime, evitando com isso a contagem em duplicidade.
236 Feitos os esclarecimentos, o Sr. Presidente instou o quarto ponto de pauta: Lei nº 14.131 e Portaria
237 nº 32/2021, que versam sobre o requerimento de auxílio por incapacidade temporária, com atestados
238 e documentos médicos e a situação do funcionamento das APS e Unidades da Perícia Médica
239 Federal. De pronto, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira fez uma breve introdução sobre o tema, lembrando
240 que, no final de março, ocorreu a publicação da Lei nº 14.131, de 30 de março de 2021, oriunda da
241 Medida Provisória nº 1.006, que tratava da questão do crédito consignado. Salientou que um dos
242 principais pontos foi a inclusão no artigo 6º que autoriza o INSS, até o final de 2021, há fazer a
243 concessão do auxílio por incapacidade temporária sem a obrigatoriedade do exame médico pericial
244 presencial. Explicou que a autorização é uma evolução das antecipações anteriores baseadas na Lei
245 nº 13.982, de 02 de abril de 2020, quando foram concedidas cerca de 1.2 milhão de antecipações.
246 Salientou que, após estudos, ficou claro que trazer todos esses segurados, que receberam
247 antecipação para a fila da perícia, traria um impacto enorme para o INSS, por isso se tomou uma
248 decisão técnica, e juridicamente fundamentada, de se fazer concessões sem a necessidade da
249 perícia médica presencial. Explicou que, com base nesse novo modelo, existe a possibilidade de
250 apresentação do atestado médico, laudos, exames, além de outros documentos, que vão subsidiar
251 a análise do perito médico federal, observando os aspectos formais, além de uma análise de
252 verossimilhança para a efetiva concessão do benefício, em seu valor integral. De posse da palavra,
253 o Sr. Eduardo de Oliveira Magalhães iniciou explicando que, por questões de ajustes nos sistemas
254 corporativos para a execução da atividade pericial, foi publicado o Ofício Circular SEI nº 06, que traz

as diretrizes para o trabalho do perito, com a possibilidade de se identificar possíveis problemas para, a partir daí, ampliar a execução dos atendimentos para os peritos que se encontram em atividade remota. Informou que no início de abril, haviam 750 mil benefícios agendados, incluindo os por incapacidade e BPC. Lembrou que o trabalho remoto acaba diminuindo a capacidade operacional e salientou que o citado ofício define as localidades em que o requerente pode fazer a solicitação do benefício, por meio de análise de documentação médica pelas unidades de atendimento de perícia, unidades com ausência de servidores e unidades com ausência do serviço de perícia médica. Explicou que, por conta da situação emergencial, decorrente da Pandemia, a perícia médica vem enfrentando muitas dificuldades em oferecer os serviços e, que em 01/04/2021, registrou-se 287 unidades oferecendo o serviço de Perícia Médica, o que representa 39,3% das unidades do INSS. Explicou que, para evitar uma maior demanda por parte da DATAPREV, foram realizados ajustes no "Meu INSS" e no SABI, visando uma maior celeridade e agilidade nas atividades dos peritos, bem como a conclusão, mais técnica, nas análises. Para a análise de documentação médica, foram adotados alguns requisitos, tais como: redação legível e sem rasuras; assinatura e identificação do profissional emitente; informações sobre a doença; período estimado de repouso necessário e exames; laudos, relatórios ou outros documentos que comprovem a doença informada, permitindo que o Perito Médico Federal faça a sua análise por verossimilhança, além de checar a situação do profissional que emitou o laudo, sua inscrição e capacidade técnica para analisar a documentação médica, junto ao Conselho Federal de Medicina ou seu Conselho de Classe. Salientou que, para fazer essa análise, são utilizados os sistemas corporativos que fazem a comunicação com o "Meu INSS" o PMF-Tarefas e SABI. Explicou que, de acordo com a Portaria nº 32/2021, o auxílio por incapacidade temporária só pode ser concedido por, no máximo, 90 dias, sendo que para essa situação, optou-se por não haver a possibilidade de indeferimento e, informou que os casos de maior complexidade, como as aposentadorias por invalidez, as análises para a reabilitação profissional e auxílio-acidente, são encaminhados para a perícia média presencial. Pontuou que, no dia 01/04/2021, haviam 98.629 requerimentos de auxílio por incapacidade temporária passando por reavaliação dos técnicos DATAPREV, SPMF e INSS para, posteriormente, iniciarem as análises. Afirmou que a Lei nº 14.131/2020 e a Portaria Conjunta nº 32/2021 trouxeram uma medida considerada uma das mais importantes: evitar ao máximo os deslocamentos e a concentração dos beneficiários do INSS que procuram as unidades para a Perícia Médica, principalmente porque são pessoas com algum tipo de patologia e muitas dessas com algum grau de deficiência. Antes de prosseguir com a apresentação, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira reforçou que, desde o início de abril,

287 o INSS está recebendo os requerimentos de análise documental, sendo que as análises e
288 concessões já começaram a ser realizadas com um grupo restrito de peritos e, a partir do mês de
289 maio, será realizada por todos os peritos que se encontram em trabalho remoto. Retomando sua
290 apresentação, elencou que no dia 23 de abril de 2021, o INSS contava com 603 Agências da
291 Previdência Social (APS) com atendimento pericial, com mais de 2.000 peritos e 18.725 perícias
292 realizadas, o que resulta em um acumulado de 2.034.915 entre 14/09/2020 a 23/04/2021. Pontuou
293 que o tempo médio de espera, para o agendamento da perícia, está em torno de 60 dias, o que é
294 considerado ainda muito alto, porém afirmou que o INSS vem trabalhando para diminuí-lo. Finalizada
295 a apresentação, o Sr. Presidente franqueou a palavra aos conselheiros. Iniciando os debates, o Sr.
296 Fernando Antônio Duarte Dantas pediu esclarecimentos sobre o modo de realização da análise
297 remota e sobre o tempo de espera das perícias presenciais. Na sequência, o Sr. Evandro José
298 Morello parabenizou o Governo, por meio da Secretaria Especial de Previdência, pela bela iniciativa,
299 ressaltou as dificuldades enfrentadas pelo segurado especial, por ocasião do envio da documentação
300 e comprovação da condição de segurado especial e, indagou se seria possível aprimorar as
301 ferramentas do "Meu INSS" e GERID, visando agilizar esse procedimento. Esclarecendo o ponto
302 levantado pelo Sr. Fernando Antônio Duarte Dantas, o Sr. Eduardo de Oliveira Magalhães explicou
303 que o tempo de espera, de 60 e 90 dias, diz respeito àquelas unidades mais afastadas e que,
304 geralmente, já recebiam demandas de localidades não contempladas com o serviço de perícia
305 médica, e lembrou que a alteração do parágrafo 5º, da Portaria Conjunta 32/2021, permite desistir do
306 requerimento já agendado e solicitar a análise da documentação médica, visando dar mais agilidade
307 ao processo. Em resposta ao Sr. Evandro José Morello, o Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro
308 salientou que essa demora é uma preocupação do INSS e que estão sendo realizadas mudanças no
309 SABI visando uma maior celeridade. Solicitando a palavra, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira salientou
310 que o INSS teve o cuidado de conversar com o Conselho Federal de Medicina, para que os peritos
311 médicos federais tivessem o respaldo ponto de vista da compreensão ética de aplicação desse
312 modelo, além do respaldo legal concedido pela Lei nº 14.131/2021, e pela Portaria Conjunta nº
313 32/2021, da Secretaria Especial, e que esse é um processo de grande aprendizado para Previdência
314 Social, Perícia Médica e INSS, visando o melhor atendimento dos segurados. Na sequência, o Sr.
315 Presidente lembrou que ser esse um processo contínuo e que todos os serviços estão sendo
316 repensados, visando o aprimoramento e envolvimento de diversos atores no âmbito do INSS, Perícia
317 Médica, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e demais entidades por meio dos acordos de
318 cooperação, Governo Digital e o Governo, como um todo. Ato contínuo, o Sr. Leonardo José Rolim

319 Guimarães aclarou que o INSS conta, no momento, com 1.136 agências em funcionamento normal,
320 obedecendo os decretos locais; que estão trabalhando junto à Secretaria de Previdência e ao
321 Ministério da Cidadania, desenvolvendo um conjunto de ações para acelerar o BPC, benefício mais
322 afetado na pandemia. Informou que o INSS está discutindo com o Ministério Público Federal,
323 Defensoria Pública da União, Tribunal de Contas da União e com diversas outras instituições,
324 alternativas para acelerar o processo da realização das avaliações sociais. Falou que a Portaria
325 Conjunta PRES/DGPA/DIRAT/DIRBEN/INSS nº 11, de 17 de março de 2021, amplia em 20% a
326 realização de avaliações sociais dos assistentes sociais que estão em atividade presencial, e citou a
327 criação de uma central especializada em análise do BPC. Concluiu que o processo ainda está longe
328 do ideal, mas destacou que as medidas que estão sendo adotadas vêm contribuindo para a redução
329 do represamento. Dando sequência à pauta, o Sr. Presidente chamou o quinto e último ponto:
330 Informações sobre o orçamento do RGPS e INSS na Lei Orçamentária Anual – LOA 2021. Em breve
331 introdução, o Sr. Narlon Gutierrez Nogueira falou que o tema “despesas previdenciárias” esteve em
332 bastante evidências no contexto da LOA sancionada pelo Presidente de República em 23/04/2021.
333 Explicou que o orçamento previdenciário é feito em etapas, sendo que as projeções que instruem a
334 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), são enviadas normalmente em março; que entre o final de
335 junho e início de julho, são feitas as projeções para a Projeto de Lei Orçamentário Anual (PLOA) do
336 exercício seguinte, projeções essas que servem de base para a Secretaria de Orçamento Federal
337 (SOF), apresentar a PLOA em agosto; falou que, semestralmente, são realizadas revisões baseadas
338 na evolução do orçamento das despesas, permitindo que sejam feitas adequações nessas projeções.
339 Lembrou, também, que são realizadas outras projeções financeiras, com enfoque no orçamento, sob
340 responsabilidade do INSS e da Secretaria de Previdência. Pontuou ser preciso ficar atento a
341 qualquer variação nas projeções, uma vez que o orçamento anual é superior a R\$ 700 bilhões e, nos
342 últimos dois anos, uma série de fatores e incertezas vêm influenciando os números da Previdência
343 Social, como é o caso da alteração das regras de acesso e cálculo dos benefícios, aprovado em 2019
344 pela Emenda Constitucional nº 103. Iniciando a apresentação, o Sr. Rogério Nagamine Costanzi
345 acrescentou que outros fatores tiveram influência na projeção da PLOA, como o valor do salário-
346 mínimo, que ficou em R\$ 1.100,00, sendo que a projeção era calculada em torno de R\$ 1.067,00,
347 assim como, a evolução do estoque de benefícios e a reforma aprovada recentemente. Passando
348 para a apresentação destacou a projeção das despesas do Regime Geral: R\$ 707.768 bilhões, sendo
349 R\$ 682.194 bilhões com pagamento de benefícios; 22.583 bilhões com sentenças judiciais e R\$ 2.990
350 bilhões com COMPREV. Apresentou, também, a proposta aprovada pelo Congresso Nacional: R\$

698.5 bilhões, sendo R\$ 672.107 bilhões para o pagamento de benefícios; R\$ 22.199 bilhões com sentenças judiciais e R\$ 4.197 bilhões com COMPREV. Diante desse cenário, informou que o Poder Executivo enviou Projeto de Lei nº 4/2021 – Recomposição de Dotações ao Congresso, solicitando uma suplementação em Benefícios Previdenciários Urbanos e Rurais, no valor de R\$ 6.648 bilhões. O Sr. Leonardo José Rolim Guimarães complementou informando que o modelo de projeção, implantado em 2020, foi baseado na folha mensal, em conjunto com a DATAPREV que, posteriormente, foi encaminhado para a SPREV e SOF. Entrando, salientou que, conforme consta na apresentação, os dados relativos as despesas discricionárias dos INSS foram: em 2019, R\$ 1.872.425.769,10 efetivamente realizadas; em 2020, R\$ 1.685.389.639,97, mesmo com a redução dos gastos em função da pandemia, sendo que, o que constava na PLOA eram R\$ 1.176.311.850,00. Lembrou que somente foi possível manter as agências abertas, graças ao esforço dos membros do CNPS junto relator do projeto no Congresso Nacional, que resultou em uma suplementação, tornando o orçamento bem próximo do que foi apresentado como viável para manter as ações do INSS. Prosseguiu apresentando que o orçamento da LOA para o corrente ano (2021) é de R\$ 1.563.338.240,49, sendo que o sugerido foi de R\$ 1.587 bilhão. Explicou que esse montante poderá ser viável se lavado em consideração todo o esforço realizado com a padronização de contrato, redução de despesas, de redução de aluguéis e redução de gastos com a DATAPREV. Contudo, surgiu um novo desafio, o subdimensionamento de algumas despesas discricionárias na lei orçamentária, cabendo ao INSS um bloqueio de R\$ 174.190.374,00, para o qual se espera a recomposição do valor bloqueado no decorrer do ano de 2021. Destrinchando as ações para a redução de gastos, citou: (i) o rateio custos fixos da plataforma previdenciária com outros contratos da DATAPREV; (ii) a padronização de contratos como o de vigilância que teve uma redução de mais de 20%; (iii) a redução de despesas com aluguéis, considera uma das maiores despesas; e, (iv) a futura implementação do modelo de instalação das unidades de funcionamento, através de permuta; (v) reformas de unidades através de permutas, desde que tenha o aval do TCU, que já se manifestou ser viável; e (vi) parceria com o Ministério Público do Trabalho possibilitando que empresas com Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmados sob temas ligados à Previdência, possam oferecer serviço de reforma das agências. Discorreu informando que existe uma parcela de imóveis do INSS em boas condições, outra em situação razoável e um percentual menor, porém, significativo, em situação bastante precária, principalmente no quesito acessibilidade. Mais uma vez, enalteceu o trabalho do CNPS junto ao Congresso Nacional na aquisição de suplementação orçamentária que possibilitou a capacitação dos servidores e a implantação da quarta Central do 135, que permitirá

383 atender as demandas da sociedade em um prazo adequado. Explicou que o aumento no volume de
384 recursos no item “Demais Despesas” (Auditoria, Defesa Judicial, COVID-19, etecetera), se deve
385 principalmente, aos recursos destinados as medidas de combate ao COVID-19, restando ainda mais
386 de R\$ 60 milhões, já que o bloqueio foi de R\$ 9 milhões. Concluiu afirmando que a dotação aprovada
387 na LOA, apesar de bem menor que a de 2020, é viável para que o INSS mantenha duas das suas
388 principais atribuições e cumpra sua missão perante a sociedade. Dando sequência a reunião, o Sr.
389 Presidente saudou o Superintendente Regional Sudeste do Instituto Nacional do Seguro Social, o Sr.
390 José Carlos de Oliveira, que saudou a todos. Em sequência, franqueou a palavra aos conselheiros.
391 Iniciando o bloco, a Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti perguntou se os cortes orçamentários,
392 efetuados pelo Congresso, abarcaram as despesas e a arrecadação. Em resposta, o Sr. Leonardo
393 José Rolim Guimarães falou que o corte foi nas despesas, englobando as despesas obrigatórias.
394 Com a palavra, o Sr. Dionízio Martins de Macedo Filho comentou que o Congresso não fez alterações
395 na proposta de desoneração da folha, nem exigiu nenhuma contrapartida dos seguimentos
396 econômicos que se beneficiaram. Por outro lado, reduziu o pagamento de benefícios e do seguro-
397 desemprego. Citou, também, o bloqueio dos R\$ 12 milhões da reabilitação profissional, reduzindo
398 praticamente à metade, em relação ao orçamento de 2020. Em seguida, o Sr. Leonardo José Rolim
399 Guimarães explicou que a desoneração da folha é um gasto que obrigatoriamente determina a
400 recomposição da Fazenda para o fundo do regime geral. Caminhando para o final da reunião, o Sr.
401 Presidente oportunizou a palavra ao Sr. Francisco Canindé Pegado. Antes, porém, lembrou que o
402 Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) recentemente deliberou
403 sobre a revisão do calendário de pagamentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e adequou
404 a questão do desembolso, o que acabou impactando os valores do– FAT a serem executados no
405 ano. Essa revisão influenciou, de certo modo, na edição das Medidas Provisórias nº 1.045 e 1.046,
406 ambas de 27 de abril de 2021, que reintroduziram o Benefício Emergencial de Preservação do
407 Emprego e da Renda (BEm), como alternativa para os trabalhadores, mitigando os riscos e impactos
408 dentro do seguro-desemprego, com cerca de R\$ 10 bilhões, e criando medidas de adequação à CLT
409 para possibilitar às empresas adequações na área trabalhista. Na oportunidade, o Sr. Francisco
410 Canindé Pegado, Presidente do CODEFAT, comungou que, entre 2019/2020, a Controladoria-Geral
411 da União (CGU), realizou uma auditoria nas contas do FAT e entendeu que o pagamento do Abono
412 Salarial estava em desacordo com os princípios da contabilidade geral do serviço público. Lembrou
413 que o Abono Salarial sempre foi pago dentro do mesmo exercício, até o ano de 2015, quando o
414 Governo, à época, fracionou a forma de pagamento, postergando para o primeiro semestre do ano

415 subsequente, diminuindo as despesas do FAT, em 2015, em um montante de R\$ 10 bilhões,
416 ressaltando que a Bancada dos Trabalhadores sempre foi contra a medida adotada na ocasião.
417 Recentemente, a consultoria jurídica da CGU reviu seu entendimento e determinou que o pagamento
418 volte a ser realizado no mesmo exercício contábil. Explicou que, para acabar com o impasse, a
419 solução encontrada foi reativar o BEm e destinar a ele o valor de R\$ 9 bilhões, por meio da edição
420 da Medida Provisória nº 1.045 de 27 de abril de 2021. Com a palavra, o Sr. Presidente comentou que
421 as Medidas Provisórias nº 1.045 e nº 1.046 trazem as regras do novo BEm e as novas medidas
422 trabalhistas, que buscam auxiliar na superação dos desafios relacionados à questão da COVID, na
423 relação entre empresas e empregados.

424 **IV – INFORMES**

425 Questionando sobre a possibilidade de saque do benefício por parte das esposas, no mês em que o
426 marido estiver internado, o Sr. Dionízio Martins de Macedo Filho ilustrou que, em alguns casos, os
427 maridos podem vir a falecer e a esposa pode ficar desamparada. Indagou, também, quem seria o
428 responsável em fornecer os documentos bancários que comprovem o comprometimento de
429 aposentadoria com empréstimos consignados. O Sr. Presidente esclareceu que, o correto seria não
430 efetuar o saque do benefício, a menos que seja realizado por um procurador instituído em vida.
431 Acrescentou que, quando a esposa for requerer a pensão, ela vai receber o valor relativo aquele
432 período que, eventualmente, ele não pôde sacar em vida. Após será feito um complemento positivo
433 em relação ao valor da pensão, e ela receberá da data do óbito e eventual saldo que não tenha sido
434 sacado por alguma impossibilidade. E, em relação ao empréstimo consignado em caso de divórcio,
435 quem tem acesso ao Meu INSS, acessa todos os extratos, não necessitando procurar nenhuma
436 instituição financeira. O Sr. Natal Léo demonstrou sua preocupação com o número de segurados
437 com prova de vida pendente, quase 30%, e sugeriu uma campanha de conscientização, visto que o
438 assunto parece que não está sendo levado a sério. O Presidente do INSS, o Sr. Leonardo José Rolim
439 Guimarães falou que a ideia da campanha é fundamental, porque não dá para continuar sem a
440 realização da prova de vida. Aduziu que as provas serão iniciadas pelas situações mais extremas,
441 de pessoas com pendência desde fevereiro de 2020 e, gradativamente se ampliará para outros
442 públicos. E, sugeriu uma apresentação de estratégias e instrumentos que divulguem a importância
443 da realização da prova de vida. O Sr. Francisco Canindé Pegado solicitou esclarecimentos sobre os
444 procedimentos para a concessão de benefício assistencial por deficiência, para quem recebe o

445 “Bolsa Família”. O Sr. Presidente aduziu que a matéria será abrangida no contexto das etapas de
446 reconhecimento automatizado, e que o Sr. Alessandro Roosevelt ressaltou que será adotado pelo
447 INSS. O Sr. Natal Léo sugeriu uma exposição do INSS sobre o chamado “Pente fino para 2021”. O
448 Sr. Dionízio Martins de Macedo sugeriu uma apresentação sobre a "Tramitação dos recursos
449 administrativos no Conselho de Recursos da Previdência Social" e, propôs convidar um
450 representante do CRPS, para explanação sobre a estrutura do Conselho, justificando que, em quase
451 seis meses que os recursos não estão sendo julgados, face aos problemas enfrentados pelas
452 Câmaras e Juntas de Julgamento.

453 454 **VI – ENCERRAMENTO**

455 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a
456 279ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.